

# Racismo Contra Negros Numa Perspectiva Freireana: Categorias Fundantes

Thiago Batista Costa<sup>1</sup>

Mônica de Avila Todaro<sup>2</sup>

## RESUMO

Se justamente nas relações que o homem trava com o mundo, ele toma consciência de sua existência, produz cultura e constrói sua história, deixando de ser objeto e transformando-se em sujeito, como imaginar que um estudante negro, imerso em uma escola geralmente monocultural e eurocêntrica, construa sua identidade? A partir desse questionamento, o texto discutirá algumas questões acerca do racismo e discriminação presentes em nossa sociedade e em nosso sistema de ensino. Nesse sentido, nossa abordagem estará amparada tanto no Plano Nacional de Educação, de 2015, artigo 2º, que estabelece como diretriz a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação; quanto na Lei 10.639/03, que altera dispositivos da LDB, tornando obrigatório o ensino da temática história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e privada do país. Ao longo do texto, serão apresentadas as noções de *raça*, *racismo*, *racismo à brasileira* e *conscientização negra*, essa última elaborada numa perspectiva freireana.

**Palavras-chave:** Identidade. Racismo. Educação. Conscientização.

---

<sup>1</sup> Universidade Nove de Julho. E-mail: [thiagocosta5@hotmail.com](mailto:thiagocosta5@hotmail.com)

<sup>2</sup> Foi bailarina, atriz e coreógrafa. Possui graduação em Pedagogia. Mestrado em Gerontologia e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora adjunta do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ-MG), professora permanente do programa de Pós-Graduação em Educação da UFSJ. Docente convidada do Programa de Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Possui experiência em instituições públicas como professora, coordenadora pedagógica, diretora de escola e chefe de seção. Pesquisa nas áreas de Educação e Gerontologia, com ênfase nos seguintes temas: Corpo e Educação; Ludicidade; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Relações Intergeracionais; e Práticas Educativas. É líder do grupo de pesquisa “Pedagogia do corpo consciente” (CNPq), desde 2004, e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre o Corpo, Cultura, Expressão e Linguagens (NECCEL), da UFSJ, desde 2016. E-mail: [mavilatodaro@ufs.edu.br](mailto:mavilatodaro@ufs.edu.br)

## **Racism Against Blacks in a Freirean Perspective: Categories fundamental**

### **ABSTRACT**

If just the relationships that man hangs with the world, he becomes aware of its existence, produces culture and builds its history, no longer object and becoming a subject, how can a black student, immersed in a generally monocultural and Eurocentric school, construct his identity? From this questioning, the paper discusses some issues about racism and discrimination in our society and in our education system. In this sense, our approach will be supported both in the NAP / 2015, Article 2, which sets a guideline to promote citizenship and eradication of all forms of discrimination; as the Law 10.639 / 03 amending the LDB devices, making compulsory the teaching of the subject history and african-Brazilian culture and indigenous in elementary schools and middle of public and private networks in the country. Throughout the text, the categories will be presented the notions of race, racism, racism to Brazilian and black awareness, the latter elaborated in a Paulo Freire perspective.

**Keywords:** Identity. Racism. Education. Awareness.

### **INTRODUÇÃO**

De acordo com Cardoso (2005), em finais das décadas de 1980 e início de 1990, surgem alguns estudos articulando a raça com a educação e reafirmando o campo educacional como mais uma esfera, cujas desigualdades raciais são sistemáticas. Pesquisadores como Rosemberg (2014), Silva (1994;1995), Hasenbalg e Silva (1992), Figueira (1990) e Barcelos (1992) chamavam nossa atenção para a importância da atuação do ativismo negro para a mudança do quadro da pesquisa educacional brasileira. Esses estudos revelaram as profundas desigualdades

de oportunidades educacionais a que estavam submetidas a população negra no Brasil e deram subsídios teórico-acadêmicos às críticas dos movimentos de luta contra a discriminação racial. A partir de 1985, o Movimento Negro teve mais espaço nas discussões e decisões políticas, no Brasil. Movimento negro, de acordo Pinto (1983), é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Nos dias atuais, uma questão ainda nos inquieta: por que mesmo hoje com mais pesquisas, conquistas e campanhas de combate ao racismo, ele permanece na subjetividade brasileira? A sociedade se reconhece racista e os sujeitos até conhecem pessoas com atitudes racistas, mas refutam acreditar que também são. A esse respeito, Munanga (2004) nos revela que, apesar do processo de branqueamento físico na sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado por meio de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, sempre presente nas cabeças de negros e mestiços. E isso prejudica qualquer busca de identidade baseada na negritude e na mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca. Como criar uma consciência crítica de luta se a vida inteira somos “bombardeados” por meios simbólicos ideologicamente racistas?

O texto que ora apresentamos é fruto dos estudos do Grupo de Pesquisa “Pedagogia do Corpo Consciente”. Ao longo do mesmo, serão apresentadas as categorias de pensamento *Negro e Raça*, *Racismo*, *Racismo à brasileira* e *Da Consciência para uma Conscientização Negra*, essa última elaborada numa perspectiva freireana, numa reflexão inicial e despretensiosa em busca de uma possível transição para a experiência democrática do diálogo sobre o tema.

## **Negro e Raça**

Se buscarmos no dicionário Aurélio o significado da palavra “negro”, encontraremos as seguintes definições: sombrio, trigueiro, triste, infeliz, fúnebre, aflito. Ao pesquisarmos a respeito da palavra “negra” constatamos que a mesma era originalmente utilizada para se referir à cor de pele escura de alguns povos, geralmente aqueles de maior contato com os africanos. Eram os povos europeus que, depois das conquistas do século XVI, mais utilizavam essa expressão. A cor negra dos africanos subsaarianos era a que mais chamava atenção dos conquistadores é daí que surge a primeira fonte de sentimento negativo, ou preconceito, pois

no simbolismo das cores, no ocidente cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado, enquanto o branco significava o sucesso, a pureza e a sabedoria (GUIMARÃES, 2008).

No século XVIII, alguns filósofos iluministas, ao contestarem o monopólio da Igreja sobre a explicação da história humana, lançaram mão do conceito de raça existente nas ciências naturais para nomear os povos recém-descobertos. Essa compreensão da diversidade humana como raças diferentes abriu caminho para o surgimento de uma nova disciplina denominada “história natural da humanidade”, mais tarde transformada em biologia e antropologia física. Nesse momento, a cor de pele foi considerada o critério fundamental de classificação racial (JAIME JUNIOR, 2011).

Guimarães (2008) classifica essas teorias como sendo raciais ou racistas, que supunham a existência de raças humanas e procuravam explicar biologicamente as suas origens, suas capacidades e habilidades – religião, psicologia, moral, inteligência e sociabilidade. Sem grande sucesso, elas tentaram deslocar as categorias de cor já existentes, criando novos nomes, pretensamente científicos: caucasiano, em vez do branco; mongoloide, em vez de amarelo; negroide, em vez de negro. Porém, no uso popular continuaram a usar o critério de cor antigo, acrescido do novo significado de raça.

Muitas pesquisas históricas são realizadas no sentido de saber a data, o sentido e o contexto em que a palavra raça foi utilizada. Nesse sentido, Boule (2003, p.11) encontra um texto escrito por François Bernier, no qual o conceito raça é usado pela primeira vez para designar a divisão dos seres humanos em espécie. Foi num artigo publicado em Paris, no *Journal des Sçawants*, em 24 de abril de 1684, que Bernier afirmou que

os geógrafos até aqui dividiram a terra em países ou regiões. O que observei nos homens ao longo de minhas viagens leva-me a pensar em dividi-la de outro modo. Pois ainda que na forma exterior do corpo, e principalmente do rosto, os homens sejam quase todos diferentes uns dos outros, segundo os diferentes cantões da Terra que habitam, de tal sorte que aqueles que muito viajaram podem muitas vezes sem se enganar distinguir pelo rosto cada nação particular; eu observei ademais que há, sobretudo, quatro ou cinco espécies ou raças de homens cuja diferença pode servir como fundamento a uma nova divisão da Terra.

Segundo Munanga (2004), o maior problema associado ao conceito de raça não está na classificação em si, mas na hierarquização, na escala de valores que foi estabelecida entre as

supostas raças. Assim, os indivíduos de raça branca foram considerados superiores aos de raça negra ou amarela, em função das características físicas hereditárias, que os fariam mais bonitos, inteligentes, honestos e inventivos. Restava para a raça negra ser considerada a mais emocional, menos honesta e inteligente e, portanto, mais sujeita à escravidão e outras formas de dominação. O autor ressalta que essa classificação da humanidade em raças hierarquizadas originou uma teoria pseudocientífica, a raciologia, que ganhou espaço no início do século XIX, ultrapassando os círculos intelectuais e acadêmicos e se disseminando no conjunto da sociedade.

Ainda que raça seja uma categoria nativa, resta fazermos o seguinte questionamento: quando ela não será mais necessária? É Guimarães (2002, p. 50-51) que responde, afirmando que isso acontecerá

[...] primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para afirmação social dos grupos oprimidos.

Para a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2008), é necessário destacar o caráter pseudocientífico do termo ‘raça’. Mesmo porque, seu sentido é diverso de lugar para lugar e suas determinações de caráter biológico têm efeito apenas relativo e estatístico. Não há como imputar à natureza o que é da ordem da cultura: a humanidade é uma, as culturas é que são plurais. Dessa forma, acreditamos que, o fato da não existência de raças nos campos biológicos e científicos não nos desobriga a pensar, e, portanto, a falar sobre o racismo.

## **Racismo**

Discutiremos o racismo a partir do surgimento da noção de raça na modernidade, ideologia que se justificava para escravizar os povos africanos, a colonização e a afirmação do sistema capitalista. Dessa forma, o racismo é entendido como uma construção ideológica que começa a se esboçar a partir do século XVI com a sistematização de ideias e valores construídos pela civilização europeia. Assim, Guimarães (1999, p. 104) nos alerta que

o racismo, portanto, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de

cativeiro ou de conquista) não pela força ou pelo poder dos conquistadores (uma justificativa política que acompanhara todas as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre as raças humanas (a inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistados escravizados). Esta doutrina justificava pelas diferenças raciais a desigualdade de posição social e de tratamento, a separação espacial e a desigualdade de direitos entre colonizadores e colonizados, entre conquistadores e conquistados, entre senhores e escravos e, mais tarde, entre os descendentes destes grupos incorporados num Estado nacional.

Para Jones (1973), o racismo é mais amplo que o preconceito racial porque não envolve apenas o preconceito individual. Podemos destacar três tipos de racismo: individual, institucional e cultural. O autor defende a ideia de que o racismo individual seria o mais próximo do preconceito racial, pois está inserido no âmbito individual, mas o centro da questão para ele é o racismo cultural, ou seja, a presença do racismo na cultura. E essa definição é explicada na história: as culturas europeias e africanas eram essencialmente diferentes, o que levou à compreensão dos europeus de que aquilo que era diferente deles era inferior.

### **Racismo à brasileira**

De acordo com Munanga (2004), a elite brasileira do fim do século XIX e início de século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu país, mas também, e principalmente, para propor caminhos para a construção de sua nacionalidade tida como problemática por causa da diversidade racial. Toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo da identidade étnica brasileira.

Para que possamos ter uma ideia de como a discussão ideológica aqui no Brasil ganhou força, vale destacar alguns intelectuais que travavam um debate nacional para saber como transformar a nossa pluralidade de raças e mesclas, culturas e valores civilizatórios tão diferentes, identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e em um só povo. Eram eles: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros. Todos, salvo algumas exceções, eram influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX, acreditando na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço (MUNANGA, 2004).

Assim, podemos pensar que o mito da democracia racial fala de uma cordialidade que até existe, mas é superficial e se restringe *à ponta do iceberg*, como explica Munanga (2002, p. 9):

O preconceito racial é um fenômeno de grande complexidade. Por isso, costumo compará-lo a um iceberg cuja parte visível corresponderia às manifestações do preconceito, tais como as práticas discriminatórias que podemos observar através dos comportamentos sociais e individuais. Práticas essas que podem ser analisadas e explicadas pelas ferramentas teórico-metodológicas das ciências sociais, que geralmente, exploram os aspectos e significados sociológicos, antropológicos e políticos, numa abordagem estrutural e/ou diacrônica. À parte submersa do iceberg correspondem, metaforicamente, os preconceitos não manifestos, presentes invisivelmente na cabeça dos indivíduos, e as consequências dos efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas.

É justamente essa falta de conflito direto que parece alimentar a ideia central do mito da democracia racial. Munanga (1996) afirma que um dos motivos para o racismo silenciado atual é a tendência brasileira de esconder seus atos discriminatórios. A discriminação é praticada sem alarde, tanto por parte de quem a comete, quanto pela vítima.

### **Da Consciência para uma Conscientização Negra: uma perspectiva Freireana**

Retomamos a questão aqui colocada: “Se justamente nas relações que o homem trava com o mundo, ele toma consciência de sua existência produz cultura e constrói sua história deixando de ser objeto transformando-se em sujeito, como imaginar que um estudante negro imerso em uma escola geralmente monocultural e eurocêntrica, construa sua identidade?” e encontramos pistas para seguir com nossas reflexões sobre o tema, em Freire (1979, p. 39):

Nas sociedades em que a dinâmica estrutural conduz à escravização das consciências, “a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes”. Porque, pelo duplo mecanismo da assimilação, ou melhor, da introjeção, a pedagogia que se impõe às classes dominadas como “legítima” – como fazendo parte do saber oficial – provoca ao mesmo tempo o reconhecimento por parte das classes dominadas da “ilegitimidade” de sua própria cultura.

A respeito de uma educação que contribua para a conscientização durante o processo de construção de identidade, Munanga (2010, p. 46) nos convida

[...] para um olhar crítico sobre as questões relacionadas com a construção de nossas identidades individuais e coletivas, fazendo delas uma fonte de riqueza e de desenvolvimento individual e coletivo. Ora, a educação habitualmente dispensada aos nossos jovens, é enfocada geralmente numa visão eurocêntrica, que, além de ser monocultural, não respeita nossas diversidades de gêneros, sexos, religiões, classes sociais, “raças” e etnias, que contribuíram diferentemente para a construção do Brasil de hoje, que é um Brasil diverso em todos os sentidos.

Faz-se necessário entendermos um pouco mais das noções de consciência e conscientização apresentadas por Paulo Freire, pois acreditamos que o autor é quem melhor discute a relação de tomada de consciência como forma de libertação do povo oprimido.

Em Freire (2006, p. 51), temos que o homem enquanto não tomar consciência de sua existência e se integrar a sua realidade, não será capaz de construir sua história ou de produzir cultura, passando simplesmente a ser um objeto desse mundo. Ainda de acordo com o autor,

umas das grandes, senão a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força de mitos e comandado pela publicação organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir [...] as tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se.

Ao pensarmos na questão da existência no mundo, temos que trazer o significado da palavra existir, que, para Paulo Freire (2006, p. 48-49), ultrapassa o sentido de viver.

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividade do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles.

Acreditamos que ninguém nasce preconceituoso e que é na relação com seus pares que as pessoas adquirem atitudes preconceituosas. Ao aproximarmos o “viver” e o “existir”,



mencionados por Freire, com nossa sociedade racista e preconceituosa, segundo Rosemberg apud Lopes (2005, p.188),

as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou torna-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações.

Portanto, as pessoas devem transcender o “viver”, passando a “existir”, colocando em ação a sua capacidade de conscientização e transformação. Paulo Freire (1970) ensina que temos a propriedade de transcender nossa atividade e que a consciência permite ao homem dar sentido ao mundo, elaborar objetivos e ultrapassar as situações-limites. A esse respeito, Freire (1970, p 51) menciona que

ao se separarem do mundo, que objetivam ao separarem sua atividade de si mesmos, ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassam as “situações-limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse.

Após essa apresentação inicial da noção de consciência trazida por Freire, podemos, então, chegar à conclusão de que basta o sujeito ter consciência e transformar a sociedade em que vive? Não é bem assim. Pelo simples fato de existir a consciência, o sujeito não necessariamente iniciará seu processo de conscientização.

O homem é um ser em situação. E é justamente essa situação que permite pensarmos o homem como um ser de práxis. Podemos encontrar três estágios diversos do homem com sua relação com o mundo: imersão, emersão e inserção, segundo Freire (2006). Tentando traçar uma linha entre a consciência da população brasileira frente ao racismo, e a sua busca para a conscientização, lançaremos mão de três categorias.

A primeira, a imersão, é caracterizada pelo fato de que o homem se encontra totalmente envolvido pela realidade; não consegue pensá-la. Esse grau de compreensão é definido por Freire (2006, p. 67) como “intransitividade”.

Uma comunidade predominantemente “intransitivada” em sua consciência, como era a sociedade “fechada” brasileira, se caracteriza pela quase centralização dos interesses do homem em torno das formas mais vegetativas de vida. Quase que exclusivamente pela extensão do raio de captação a essas formas de vida. Suas preocupações se cingem mais ao que há nele de vital,

biologicamente falando. Falta-lhe teor de vida em plano mais histórico. É consciência predominante ainda hoje dos homens de zonas fortemente atrasadas do País. Esta forma de consciência representa um quase compromisso entre o homem e sua existência.

O momento de emersão aparece como um segundo estágio, e é a capacidade humana de distanciar-se da realidade, pois na medida em que amplia o seu poder de resposta às sugestões e às questões que partem de seu contorno e aumenta seu poder de dialogar, não só com o outro homem, mas com o seu mundo. Isto é, “seus interesses e preocupações, agora, se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital. Esta transitividade da consciência permeabiliza o homem” (FREIRE, 2006, p. 61).

Não seria nessa consciência transitiva que se encontra grande parte da população brasileira em relação às discussões sobre o racismo? Naquilo que Freire chamou de “transitividade ingênua”? Tal estágio caracteriza-se, entre outros aspectos, pela simplicidade nas interpretações dos problemas, pela impermeabilidade à investigação, pela fragilidade na argumentação e por um forte teor de emocionalidade. Pela prática não propriamente do diálogo, mas da polêmica e das explicações mágicas. É a consciência do quase homem de massa, em que a dialogação mais amplamente iniciada do que na fase anterior se deturpa e se distorce (FREIRE, 2006). Ainda, segundo Freire (1970, p. 21), “este é um dos problemas mais graves que se põe à libertação. É que a realidade opressora, ao constituir-se como um quase mecanismo de absorção dos que nela se encontram, funciona como uma força de imersão das consciências”.

Se pararmos para refletir a respeito dessas características da consciência ingênua descritas acima, vamos perceber que o intuito do sistema racial brasileiro está vigorando fortemente em nossa sociedade, como nos diz Munanga (2004, p. 134-135).

Talvez esteja nesse ponto a inteligência, bem como a eficácia, ou melhor, a originalidade do sistema racial brasileiro, que é capaz de manter uma estrutura racista sem hostilidades fortemente abertas como se observa em outros países. Como explicar que, numa nação complexa, construída num imenso território, como uma população estimada de 160 milhões de habitantes, numa nação marcada pelas diversidades étnicas e raciais, não se observem fenômenos de afirmação de identidades étnicas acompanhados de busca de autonomia e separatismo, com tanta força como acontece atualmente em alguns países Ocidentais? A explicação estaria na ideologia brasileira, profundamente assimilativa e assimilacionista, capaz de criar constrangimento para os grupos que procuram se manter afastados da sociedade nacional.

Dessa forma, para que aconteça uma transição de consciência para a conscientização é necessário um trabalho educativo crítico, pois ela implica num processo, numa práxis. Faz-se

necessário que os oprimidos (negros) tomem consciência das razões de seu estado de opressão e não aceitem fatalistamente a sua exploração. Isso, porque, ao assumir posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo estará sendo conivente com esse sistema opressor.

Oprimidos simbolicamente com forte influência de atitudes, crenças, mitos, práticas sociais, ações individuais, a educação crítica entra como veículo para a conscientização e libertação de pensamentos racistas em nossa sociedade, como podemos observar em Freire (1979):

Na medida, porém, em que a consciência dos homens está condicionada pela realidade, e conscientização é, antes de tudo, um esforço para livrar os homens dos obstáculos que os impedem de ter uma clara percepção da realidade. Neste sentido, a conscientização produz a repulsa dos mitos culturais que alteram a consciência dos homens e os transformam em seres ambíguos.

Abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio a ser vencido pela educação contemporânea, de acordo com Candau (2008). A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização.

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático [...] que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição a sua origem racial, trazendo lhe prejuízo à sua vida cotidiana (MUNANGA, 2005, p. 120).

Dessa forma, pensamos que uma abordagem capaz de alcançar os objetivos quanto à conscientização dos alunos é a perspectiva intercultural, pois assim como Candau (2008, p. 52), acreditamos que ela promove uma educação para o reconhecimento do outro.

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade.

Nessa mesma esteira, Catherine Walsh (2001, p. 4) entende que a interculturalidade é

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.

A realização de uma educação intercultural na perspectiva apresentada é uma questão complexa, cheia de tensões e desafios. Exige problematizar diferentes elementos do modo como hoje, em geral, concebemos nossas práticas educativas e sociais. Entretanto, pensamos que essa é uma alternativa que vai contra essa educação eurocêntrica monocultural que está presente em nosso contexto escolar. É essencial ensinar a história da África e a história do negro no Brasil a partir de novas abordagens e posturas epistemológicas, rompendo com a visão depreciativa do negro, para que se possam oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja vista não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro.

O outro fator constitutivo na construção dessa identidade é a cultura. Contribuições culturais precisam ser revistas, desconstruindo imagens negativas que fizeram delas e substituindo-as por novas imagens, positivamente reconstruídas. É por isso que a Lei Federal 10.639/03 exige que a cultura negra no Brasil seja ensinada nas escolas brasileiras de maneira positiva e que esse ensinamento possa oferecer subsídios de qualidade capazes de auxiliar no processo de identidade.

O aspecto psicológico é outro fator fundamental da identidade. Mas, nesse caso, devemos perguntar-nos se existe um temperamento do negro diferente do temperamento do branco que podemos considerar como característica de sua identidade. Tal diferença se for comprovada, deveria ser explicada a partir notadamente do condicionamento histórico do negro dentro da estrutura sociopolítica assimétrica, e de acordo com suas estruturas sociais comunitárias, e não com bases nas diferenças biológicas, como pensaram os racialistas e racistas ocidentais (MUNANGA, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez, abordar o racismo no Brasil, um tema cheio de “tabus” em nossa sociedade, colocar o dedo na “ferida”, e analisar a libertação do racismo com a perspectiva de Freire, usando um modelo de educação que caminha para a conscientização libertadora, possa levar muitos a acreditar que estamos sendo ingênuos ou utópicos. Nesse sentido, compartilhamos a visão de Freire sobre utopia, pois é esse pensamento que acreditamos ser necessário para que a libertação aconteça. Na visão de Freire (1979), o utópico não é o irrealizável, não é o idealismo, é a dialética dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. É justamente por isto que a utopia é, também, um compromisso histórico.

É com esse compromisso histórico que acreditamos que todos os profissionais da educação devam buscar ser conscientes de seu papel como agente transformador. Mas, restam ainda algumas indagações com as quais se pretende caminhar em direção ao ideal a ser alcançado: será que os docentes têm essa consciência? São libertos das ideologias existentes em nossas sociedades, que imobilizam nossas atitudes, nos transformando em objetos e não sujeitos capazes de se inserir na sociedade e transformá-la? Usam a educação para as relações étnicas raciais como uma ferramenta de libertação?

Tais questões estão distantes de serem respondidas por nós, apenas nesse artigo, já que para uma educação antirracista, numa perspectiva freireana, seria necessário discutir profundamente o impacto da democracia racial na despolitização da questão racial. Desse compartilhamento inicial de ideias, fica a mensagem de Freire (2006, p. 65):

Realmente o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas. O Brasil nasceu e cresceu sem experiência de diálogo. De cabeça baixa, com receio da Coroa. Sem imprensa. Sem relações. Sem sentido marcante de nossa colonização, fortemente predatória, à base da exploração econômica do grande domínio, em que o “poder do senhor” se alongava “das terras às gentes também” e do trabalho escravo, inicialmente do nativo e posteriormente do africano, não teria criado condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático, no homem brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BARCELOS, L. C. Raça e Realização Educacional no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

BOULLE, Pierre. François Bernier and the origins of the modern concept of race. In: PEABODY, Sue; SOTOVALL, Tyler (Ed.) **The color of Liberty: histories of race in France**. Durham, NC, 2003.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008, p. 45-56.

CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko: Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual da Bahia, 2005.

FIGUEIRA, Vera Moreira. O preconceito racial na escola. **Estudos afro-asiáticos**, (18), 1990. p. 63-91.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

\_\_\_\_\_. **Conscientização: Teoria e prática da libertação-uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992.

JAIME JÚNIOR, Pedro. *Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial*. Tese (Doutorado em Antropologia social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2011.

JONES, James. **Racismo e preconceito**. São Paulo: Editora Edgar Blucher, 1973.

LOPES, Vera Neusa. *Racismo, Preconceito e Discriminação*. In: *Superando o racismo na escola*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2005. Disponível em <http://etnicoracial.mec.gov.br/2013-03-06-18-02-36>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

MUNANGA, Kabengele. *As facetas de um racismo silenciado*. In: SCHWARCZ, Lilia Motriz;

QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e diversidade Cultural*. **Cadernos Penesb**: Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Rio de Janeiro, n. 10, 2008/2010.

PINTO, Regina Paim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**, São Paulo, Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, 1993.

ROSEMBERG, Fulvia. Educação Infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**. v.44 n.153 p.742-759 jul./set. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Motriz. **O espetáculo das raças**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Martiniano J. **Racismo à brasileira: raízes históricas**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación**. Peru: Ministério de Educación, 2001.

---

Artigo recebido em: 19/01/2018

Aceito em: 16/07/2018

Publicado em: 17/12/2018